

Geradoras pedem redefinição de hidrelétricas amortizadas

Para empresas, forma de contratação de energia dificulta investimentos. As geradoras privadas apresentaram na semana passada ao Ministério de Minas e Energia (MME) sugestões para mudanças do novo modelo do setor elétrico. A principal delas, defendida pelos executivos da CPFL Energia, Tractebel, Elektro, AES e da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), diz respeito ao fim da distinção entre os leilões de energia velha - especialmente a gerada pelas usinas renovadas após a privatização e as construídas no período de 1998 a 2004 - e da energia nova. "Não haverá novos investidores no desenho proposto para o setor elétrico", diz o presidente da CBIEE, Claudio Sales.

Durante reunião com o Secretário Executivo do MME, Maurício Tolmasquim, em Brasília, os executivos das geradoras afirmaram que esse modelo de contratação dificultará os novos investimentos. "Como investir em futuros projetos se não temos retorno dos investimentos já realizados?", questiona o presidente da Tractebel Brasil, Maurício Bähr.

O argumento apresentado a Tolmasquim seguiu a lógica de mercado. Os executivos alegaram que será difícil explicar aos acionistas a proposta do governo de não dar o mesmo tratamento à energia considerada velha e aos empreendimentos novos. Ou seja, é preciso ter alocação da energia existente para que haja confiança em realizar novos investimentos.

A Tractebel, por exemplo, concluiu em 2002, a usina hidrelétrica de Cana Brava, com potência de 450 megawatts (MW), um investimento total de US\$ 380 milhões, mas ainda não conseguiu contratar 100% da energia gerada. "Por que não incluir Cana Brava, que entrou em operação há um ano, no leilão de energia nova?" questiona o executivo da Tractebel, grupo belga, há cinco anos atuando no Brasil. "Essa restrição é extremamente grave, porque estará privando as empresas de participarem do mercado. O novo modelo está tirando das geradoras uma parte do mercado que poderia vir a atender de forma competitiva", diz Claudio Sales.

A Tractebel tem dois novos projetos em fase de viabilização: a usina de Estreito, no Pará, orçada em R\$ 2,2 bilhões, e a hidrelétrica de São Salvador, em Tocantins, um projeto de R\$ 800 milhões. As duas, com capacidade de 1,3 mil MW, ainda não receberam licença ambiental para início das obras, mas a questão, no momento atual, vai mais além. "Mesmo que tivéssemos recebido a licença ambiental não posso afirmar se, hoje, diante das incertezas e do modelo de contratação de energia, investiríamos nas duas usinas." O projeto de Estreito tem a participação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), Alcoa, Camargo Corrêa e BHP Billiton. A Alcoa, que utilizará a energia para consumo próprio, também já anunciou que está reavaliando o projeto.

Na semana passada, o governo federal anunciou que iria assegurar as obras de 17 usina hidrelétricas, com potência instalada de 4.149 MW. Claudio Sales observa, porém, que é preciso distinguir os projetos de hidrelétricas já em curso, como é o caso das usinas da CPFL, que terão continuidade, daqueles ainda em fase de estudos. Os projetos da CPFL já têm contratos de fornecimento com empresas do próprio grupo, formalizados dentro das regras vigentes. Já os grandes projetos, como o da usina de Estreito, correm o risco de serem interrompidos porque dependem das novas regras. "O investidor não se sente encorajado para levar projetos assim adiante", diz.

O novo modelo prevê que a expansão do mercado será atendida por usinas novas. O problema, segundo os executivos, é que em um ambiente 100% contratado com novos projetos, o mercado enfrentará sobras de energia. Ou seja, uma usina concluída recentemente terá uma tarifa diferente daquela obtida por uma usina nova. "Não se consegue competir em um mercado assim", diz Sales.

Sem mercado alternativo

Além da insegurança em relação a possíveis mudanças no futuro, o fato de os contratos dos novos empreendimentos serem de longa duração faz com que o risco de mercado (sobras de energia) fiquem

alocados exclusivamente aos geradores existentes, impossibilitados de mitigar tal risco. "O ambiente de livre contratação proposto pelo novo modelo é extremamente limitado em comparação com o modelo vigente, não permitindo ao gerador com sobra de energia procurar mercado alternativo", diz Maurício Bähr.

A questão, segundo as geradoras, assume dimensão ainda maior quando se leva em conta o fato de que os investimentos realizados depois da privatização previam um livre mercado e, portanto, os valores dos ativos foram fixados com base em um retorno tarifário que será alterado. "Os preços da privatização e das licitações foram calculados para um mercado livre, logo, com uma tarifa mais competitiva", diz Bähr.

Os argumentos não convenceram Tolmasquim, que não concordou em alterar o modelo de contratação nas medidas provisórias 144 e 145, que redefinem o setor elétrico brasileiro. O secretário argumentou que estudos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de especialistas do setor mostram que o modelo é competitivo e estimula novos investimentos. A ministra Dilma Rousseff também reafirmou que o modelo vai atrair investidores, porque assegura a competição na geração, permitindo a venda para o mercado regulado e para o mercado livre.

Os executivos das geradoras concordam que o modelo, em tese, tem um viés expansionista, uma vez que garante à nova energia uma tarifa mais elevada. Na prática, a questão, no entanto, é mais complexa. "Quem vai investir somos nós, que já estamos aqui. Dificilmente virão outros grupos estrangeiros. E como vamos investir em projetos novos se não conseguimos remunerar os antigos?", argumenta Bähr.

O economista Armando Castelar, do Instituto de Pesquisa de Economia Aplicada (Ipea), autor de um estudo sobre o setor, observa que, com o novo modelo, a competição será reduzida, ficando limitada à concorrência para a construção e a operação de usinas. "E mesmo assim, com base em uma lista elaborada por uma estatal", disse. Ele defende a isonomia entre energia velha e nova, como forma de assegurar novos projetos. "Não se pode tratar de forma diferente a nova e a velha energia. O que se está dizendo é que o novo algum dia será velho e então o que acontecerá? Essa é uma péssima regulação. Ninguém em sã consciência investirá em um ambiente assim", diz Castelar.

No seu entender, o novo modelo tende a aumentar o risco regulatório. A percepção foi compartilhada pela Fitch Rating, agência de classificação de risco internacional, que alertou, ontem, para os riscos regulatórios do setor elétrico brasileiro. Segundo a avaliação da Fitch, a concentração de poderes no ministério e a restrição da atuação das agências reguladoras são fatores negativos que podem afastar os investimentos privados. "É essencial maior densidade na legislação. Do jeito que está, a lei propõe delegação geral ao poder executivo para formular todas as regras. Assim, não haverá investimentos novos", diz Sales.